



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Pró-Reitoria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

(Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços - Compras)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(COMPRAS)

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (UASG 150182)
PREGÃO Nº 86/2021
(Processo Administrativo n.º 23069.168420/2021-36)

1. DO OBJETO

Constitui-se objeto desta licitação na modalidade de pregão eletrônico, a contratação de pessoa jurídica, para o fornecimento de forma imediata ou entrega no prazo de até 60 dias corridos, de Materiais de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), dispositivos de armazenamento de imagens, equipamentos e ferramentas de TI, de energia e de cabeamento, para a rede de Vídeo monitoramento que fará parte do **Sistema de Monitoramento e Segurança** da Universidade Federal Fluminense (UFF), no contexto do projeto MONITORA UFF, conforme especificações, constantes do **Anexo I-A** deste termo de referência.

1.1. A Planilha com descrição dos endereços para entrega do objeto encontra-se no **Anexo I-B**, deste Termo de Referência.

1.2. Margem de Preferência:

- a) Em atendimento ao Decreto nº 8.538/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, esta Administração procederá com Margens de Preferência (até 25% de cada item acima de R\$80.000,00) ou Exclusividade em 100% de itens comuns para empresas enquadradas como Microempresas, ou Empresas de Pequeno Porte (item abaixo de R\$80.000,00);
- b) Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;
- c) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;
- d) Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.3. Com o Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, foi permitido estabelecer o critério de disputa dos licitantes na fase de lances (Modo Aberto, ou Aberto-Fechado). Sugere-se então que sejam respeitados os descritivos por itens no **Anexo I-A** do referido Termo de Referência, pois esses critérios foram estabelecidos no Estudo Preliminar da Contratação;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. O material desta contratação foi elaborado em conformidade com as Instruções Normativas nº01/2019, e nº 31/2021

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. O Sistema de Câmeras de segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), tem o objetivo de realizar o videomonitoramento das unidades da UFF. Um sistema de videomonitoramento realizado através do uso de recursos de câmeras em modelo de CFTV, conectadas através de um sistema de gerência via rede da própria UFF, permitirá o monitoramento das unidades da universidade, seja localmente ou a partir de um centro de supervisão. Um sistema nos moldes propiciado pelo CFTV da UFF permitirá inibir ações criminosas contra pessoas, bem como furtos, roubos e depredações ao patrimônio.

Portando, a central de monitoramento é capaz de acompanhar diversos Campi simultaneamente, tornando a operação de monitoramento mais eficiente e evitando deslocamentos desnecessários e a segurança em todos os locais da UFF. Além disso, o videomonitoramento também permite o armazenamento de imagens e o acesso a gravações passadas. Consequentemente torna-se necessária a aquisição de equipamentos propostos neste TR com o objetivo de ampliar a cobertura de CFTV, além de substituir equipamentos por motivo de manutenção ou por ter ultrapassado o tempo de vida útil, tais como câmeras analógicas e de cabos e conectores comprometidos pela ação do tempo;

- 2.2. O modelo atual de Câmeras de Vigilância foi licitado em 2013, utilizando sistema de gerenciamento proprietário, cujo contrato já está vencido, e está obsoleto. Várias unidades estão sem a cobertura de segurança propiciada pelo sistema de CFTV, além de novas demandas relativas a novos prédios ou ampliações estarem sem atendimento. O novo modelo de CFTV proposto no projeto MONITORA UFF substituirá o sistema antigo de gerência, proprietário, por um modelo de gerência de fonte aberta, flexível e escalável, permitindo ainda novos desenvolvimentos e projetos acadêmicos.
- 2.3. Um modelo aberto, com características similares ao proposto neste TR, mas de menor escala, se encontra em utilização nas Unidades da UFF em Volta Redonda, operando com pleno sucesso;
- 2.4. É certo que a nova rede de videomonitoramento através de CFTV impactará positivamente no andamento das atividades acadêmicas de ensino na UFF, aumentando a segurança dos usuários, docentes e técnicos da universidade, das instalações e seus ativos, bem como o controle de deslocamento de pessoas e carros através dos extensos e arborizados campi da UFF;
- 2.5. O novo sistema será composto por um laboratório de segurança universitária, funcionando como um centro de supervisão além do monitoramento dos campi em si. Servirá também para estudos acadêmicos na área de administração de conflitos e no estudo de tecnologias para proporcionar segurança e qualidade de vida à comunidade universitária.
- 2.6. O sistema de monitoramento utilizará estrutura de rede de computadores da própria universidade, mas que precisa de expansão e atualização. Poderá utilizar para a sua interligação tanto soluções baseadas em rede cabeada como redes sem fio. A UFF desenvolve um projeto denominado SCiFi que proporciona acesso sem fio em diversas áreas da Universidade e que precisa ter sua capilaridade aumentada com a instalação de pontos de acesso. Esses mesmos pontos de acesso, por possuírem portas RJ-45 podem propiciar pontos de acesso com fio também.
- 2.7. Diante deste cenário, faz-se necessário a aquisição de Materiais de Rede CFTV e rede de computadores para expansão de sua infraestrutura, atendendo as demandas e possibilitando o aumento de segurança e qualidade de vida para a comunidade UFF, através do aumento da segurança nos CAMPI;
- 2.8. A escolha pelo Registro de Preços se deu considerando a necessidade de contratações frequentes, assim como, por ser mais conveniente para a Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, evitando a formação de estoque, dentro do contexto legal enquadrado nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

3. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS.

- 3.1. A rede de videomonitoramento via CFTV da UFF permitira aumentar a segurança e controle dos usuários, docentes e técnicos da universidade, das instalações e seus ativos;
- 3.2. Maior eficiência e eficácia na gestão das equipes de segurança, reduzindo os custos com deslocamentos e permitindo um controle 24 horas x 7 dias, ficando as informações e imagens devidamente armazenadas para possíveis esclarecimentos ou contenciosos, sendo esse armazenamento conforme as normas para atender a Lei Geral de Segurança de Dados (LGSD);
- 3.3. Maior controle da circulação de pessoas e de equipamentos e viaturas nos Campi, tanto no horário de aulas como fora desse horário e no período noturno, contribuindo para a segurança dos usuários e das instalações e equipamentos.
- 3.4. Maior controle do uso dos estacionamentos, facilitando o controle de vagas e a segurança dos usuários e dos automotivos;
- 3.5. Permitir a ampliação da cobertura CFTV para áreas e prédios atualmente sem cobertura de segurança;
- 3.6. Facilitar a implantação e ampliação de novos dispositivos de CFTV através do sistema de gerência aberto;
- 3.7. Realizar a cobertura de segurança em perímetros dos Campi, muitos deles expostos a áreas de mata, área marítima e morros, portanto, áreas que atualmente oferecem dificuldades para as equipes de vigilância e segurança, no controle de intrusos. O modelo de CFTV permitirá aumentar essa segurança de maneira a monitorar/evitar o transito de intrusos nas diversas áreas da universidade, dessa maneira, aumentando a segurança para todos;
- 3.8. O sistema a ser implantado permitirá o desenvolvimento e uso de novos serviços, utilização de recursos como Inteligência Artificial (IA) e visão computacional, permitindo o desenvolvimento de novos projetos acadêmicos nas áreas de pesquisa correlatas, como segurança, CFTV, reconhecimento de imagens, Máquinas Virtuais, Solução em Nuvem, entre outras alternativas, dessa maneira, propiciando ganhos para a segurança e para a atividade acadêmica.
- 3.9. O Uso do software gerência de fonte aberta permitirá redução de custos e o desenvolvimento de novos serviços e aplicações, o que não seria possível com modelos comerciais proprietários.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Os bens deste Termo de Referência são considerados comuns, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital por meio de especificações usuais praticados no mercado e as escolhas feitas poderão ter base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitem de avaliação criteriosa a não serem os testes de conformidade relativos aos parâmetros e características definidas neste TR ou nos manuais dos fornecedores.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

5.1. Descrição Técnica dos Objetos.

As especificações técnicas dos Materiais de CFTV e TI para instalação da rede de Videomonitoramento de CFTV estão discriminadas no **Anexo I-A** do presente Termo de Referência.

5.2. Preço Médio de Mercado.

Os quantitativos e preços médios de referência são os discriminados no **Anexo I-A** do presente Termo de Referência.

Para a obtenção do preço médio de referência, foram feitas pesquisas no mês de outubro de 2021, e cujos resultados constam das planilhas de cotação, parte integrante do presente processo licitatório.

5.3. Acessórios.

Devem ser fornecidos junto com os Materiais de CFTV e TI para instalação da rede de Videomonitoramento de CFTV da UFF, quando necessários, conforme o plano de expansão da rede.

5.4. Documentação Técnica.

Deve ser fornecida, quando necessária, a documentação técnica do produto contendo informações com as instruções para uso, configuração e manutenção, em Português.

5.5. Garantia.

- a) Devem possuir garantia padrão reposição de itens danificados, e mão de obra da assistência técnica;
- b) O período de garantia está indicado em cada item desse termo de referência;
- c) A CONTRATADA também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de firmware, quando pertinente;
- d) Durante o prazo de garantia, os Materiais de CFTV e TI para instalação de rede Videomonitoramento de CFTV da UFF, quando defeituosos, serão substituídos sem ônus para o CONTRATANTE, após a conclusão de que há a necessidade de substituição, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

5.6. Outros.

- a) Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente;

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do envio da nota de empenho;
- 6.2. As informações sobre a entrega estarão indicadas no campo observação/finalidade da nota de empenho, salvo se informada no ato da entrega do Empenho;
- 6.3. As notas de Empenhos, encaminhadas se dará através de comunicação por e-mail, indicado no **Anexo I-C** (indicação de Preposto) e deverá ser confirmada em até 24 horas úteis, sob pena de aplicação de sanções cabíveis;
- 6.4. Caso o volume de produtos a serem entregues seja de grande porte ou quantidade, é necessário o agendamento prévio da entrega;
- 6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável no local de entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. GARANTIA ON-SITE

- 7.1. Durante o prazo de garantia do objeto, a contratada prestará serviços de assistência técnica On-Site, para eventuais pedidos de troca de produtos danificados, com vista a manter os materiais de CFTV para a Rede de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância da universidade em condições de uso, sem ônus adicionais para a UFF;
- 7.2. Os Materiais para instalação de CFTV, tais como câmeras, gravadores, servidores, computadores, switches, fontes, cabos e conectores e demais equipamentos constantes desse TR, que apresentarem vícios no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outros novos, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao item danificado;
- 7.3. Deverá ser disponibilizado à UFF, o serviço de atendimento a clientes, visando abrir chamados, funcionando em horário comercial, através de telefone 0800 (discagem direta gratuita), podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet;
- 7.4. A CONTRATADA deverá, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar um termo de responsabilidade pela garantia dos Materiais oferecidos para a Rede de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância da universidade, independente da garantia do fabricante;
- 7.5. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ou por servidor da UFF designado para esse fim;

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas no **Anexo I-A** deste Termo de Referência se dará mediante avaliação da documentação técnica integrante da proposta apresentada, que consistirá de catálogos, manuais ou publicações oficiais e originais dos respectivos fabricantes, além de testes de aceitação que poderão ser elaborados pela equipe de aceitação da UFF;
- 8.2. Serão aceitos, para efeito de comprovação de características técnicas, endereços de sítios Internet que contenham as informações solicitadas, os quais serão consultados no momento da validação das propostas, sendo de responsabilidade do licitante informar corretamente tais endereços;
- 8.3. Para cada item, todos os Materiais para a Rede de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância da universidade a serem entregues, deverão ser idênticos, ou seja, todos do mesmo modelo e marca, conforme referenciados nos folders ou catálogos entregues com a proposta;

8.4. Os equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações do **Anexo I-A** deste termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, sem amassados, arranhões ou outros problemas lógicos ou físicos;

8.5. Os Materiais para a Rede de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância da Universidade ofertados deverão ser padrão de fábrica e nas propostas deverão constar de forma clara, marca, PartNumber e modelo completo do componente ofertado, quando pertinente.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

9.1. O licitante vencedor em preço deverá apresentar, junto com a proposta comercial, Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que o licitante tenha comercializado no mínimo 25% da quantidade total de produtos registrados conforme o objeto;

9.2. Não será considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial do licitante;

9.3. O pregoeiro poderá proceder, antes da adjudicação, diligências para comprovação da execução dos serviços objeto dos atestados de capacidade técnica, inclusive exigir que o licitante apresente notas fiscais e/ou contratos dos serviços prestados;

9.4. Para os itens de número 1 até 21, 27, 28, 30 no caso de PRODUTO FABRICADO NO BRASIL, o licitante deverá informar o CNPJ do fabricante para averiguação da situação do registro junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, em https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php instituído pelo art. 17, inciso II da lei nº 6.938/81. Caso o produto não seja fabricado no Brasil o licitante deverá informar essa condição.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando pertinente);

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas o objeto com avarias ou defeitos;

11.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato (**Anexo I-C**);

11.9. O preposto será responsável por garantir o bom acompanhamento do contrato, de acordo com as normas preestabelecidas pela contratante, sem ônus algum para a UFF;

11.10. A CONTRATADA deverá manter o preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade;

11.11. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento de confirmação do recebimento das Notas de Empenho por e-mail, no prazo máximo de 24 horas úteis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

14.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

a) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

a) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

15.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

15.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

15.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

15.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

15.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF:

a) Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \left(\frac{6}{100} \right)^{\frac{N}{365}} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução derivada desse Pregão Eletrônico.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) **multa moratória** de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) **multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- e) **Impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos:

e1) Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência;

e2) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

18.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

a) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

18.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

18.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

18.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

a) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS PREFERENCIAIS

19.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.215.377,34** (Um milhão duzentos e quinze mil trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos), e o valor máximo aceitável por item está previsto no Anexo I-A deste Termo de Referência;

19.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

19.3. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do **Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG**;

19.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do **CATMAT** e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. De acordo o Decreto 7892/2013, Art. 7º § 2º:

“Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

20.2. A célula orçamentária reservada para efetuar a presente aquisição será apresentada no momento da emissão da nota de empenho.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Representante Técnico

Representante Administrativo

Carlos Alberto Malcher Bastos

João Paulo Marques Moraes

Siape 0308667

Siape 1549110

PROAD

TET – DEP DEENG TELECOMUNICAÇÕES

Demandante

Henrique Oswaldo Uzêda Pereira de Souza

Siape 306763

Gerência Governança Segurança da Informação - GGSI

Autoridade máxima da área de Tecnologia:

Hélcio de Almeida Rocha- Superintendente da STI

Siape 302823

Aprovo o Termo de Referência para licitação de Materiais para a Rede de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância da universidade:

Autoridade Competente Pró-Reitoria de Administração

Niterói-RJ dexxxxde 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Marques Moraes, Substituto(a) Eventual do(a) Pró-Reitor(a) de**



Administração, em 02/12/2021, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Malcher Bastos, PROF DO MAGIST. SUPERIOR - ASSOCIADO**, em 02/12/2021, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Oswaldo Uzeda Pereira de Souza, GERENTE**, em 02/12/2021, às 21:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helcio de Almeida Rocha, TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO**, em 03/12/2021, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0630861** e o código CRC **9E63F706**.